



**IGREJA**

**DO SALVADOR  
DE LUFREI**

AMARANTE

**IGREJA**  
**DO SALVADOR**  
**DE LUFREI**  
AMARANTE



Planta.

## PREÂMBULO HISTÓRICO



Vista geral.

A velha Igreja de Lufrei situa-se num fértil vale junto à confluência de dois pequenos cursos de água, contrapondo-se assim à implantação de um número considerável de paróquias edificadas em outeiros ou cumes mais ou menos elevados. A sua origem monástica poderá explicar esta localização, tomada como ideal por Cluny e pelos beneditinos e definitivamente adotada por Cister como local-modelo para a implantação das suas casas. De facto, atribui-se a Lufrei o estatuto de cenóbio destinado a monjas beneditinas que, como tantos outros casos na região (nomeadamente Gondar, Amarante), resultou em abandono e subsequente secularização.

Nas *Inquirições de 1258* uma das testemunhas outorga a fundação do mosteiro de Lufrei à família de Gonçalo João da Pedreira. O instituto era, então, cabeça de três ermidas ou igrejas sufragâneas ou filiais: Santa Maria Madalena, em Covelo, São Fausto e São Tiago (Herculano, 1867: 1152).

No entanto, a extinção deste mosteiro não foi, como no caso próximo de Telões (Amarante), precoce, tendo acontecido já o século XV ia a meio. Assim o narra a *Benedicta lusitana...*, que aponta o ano de 1455 como o da redução a igreja paroquial<sup>1</sup>.

Uma tradição imputava a D. Mem de Gundar a fundação dos três cenóbios de bentas da região: Gondar, Lufrei e Gestaçô. Embora não fundada documentalmente, a memória da ligação a Gondar, testemunho do movimento de criação de comunidades beneditinas femininas a partir do século XII, permaneceu na submissão de Lufrei àquela Igreja por via do padroado. Cabia ao reitor de Gondar a apresentação do vigário de Lufrei, como assinala, em 1768, o autor do *Portugal sacro-profano...* (Niza, 1767: 333)<sup>2</sup>.

A Igreja, de modestas dimensões, passou então a servir, no período moderno, a paróquia de Lufrei, talvez desmembrada da de Gondar.

Eclesiasticamente, a paróquia de Lufrei integrou o termo da arquidiocese de Braga, tendo transitado para a do Porto em 1882<sup>3</sup>. No século XX, as alterações na geografia diocesana incluíram-na na comarca eclesiástica de Sobretâmega (3.º distrito) e na segunda vigararia de Amarante, a cuja unidade ainda se encontra adstrita.

<sup>1</sup> Em 1344-1345, era aqui monja uma dona da linhagem ou família dos Moreiras (cujos polos de ação e domínio eram Celorico e Tarouquela (Cinfães)): Inês Martins de Moreira (Sotomayor-Pizarro, 1997: 1043). E, em 1431, ainda se refere a abadessa Beatriz Vasques e o capelão frei Gonçalo Anes, monge de Fonte Arcada (Amarante) (Santo Tomás, 1651: 388). Deve entender-se esta secularização de Lufrei no processo reformista do arquiépiscopado de D. Fernando da Guerra (Marques, 1988).

<sup>2</sup> Embora, em 1692, o padre Torcato Peixoto a refira como vigararia anexa de São Gonçalo de Amarante (Azevedo, 1845: 434).

<sup>3</sup> Decorrente da bula *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* (IGREJA CATÓLICA. Papa, Leão XIII – *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* [Bula de 30 de setembro de 1881]).

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

A sua fábrica atesta-nos uma cronologia mais tardia, inserida naquela corrente que tem vindo a ser designada de “românico de resistência” ou, se não mesmo, de “gótico rural”. Trata-se de uma vertente da arquitetura românica bastante comum na região dos vales do Sousa, do Tâmega e do Douro. Disso são exemplo as Igrejas de São Miguel de Entre-os-Rios (Penafiel), de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão (Cinfães) ou de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), só para citar alguns exemplos. Somos da opinião de que, no caso de Lufrei, o carácter simples da sua fábrica, isenta de detalhes decorativos esculpidos se explica, pois, através da sua cronologia tardia pelo que esta Igreja pode ser considerada um bom testemunho da vernaculidade e da popularidade que o *modus aedificandi* românico assumiu entre nós<sup>4</sup>. Daí que a arquitetura da época românica deva ser cada vez mais, entre nós, entendida na sua diacronia.

O caso de Lufrei é um bom testemunho de como as formas românicas persistem no tempo, indo mesmo além da sua própria cronologia, assumindo contornos vernaculares. Atente-se à irregularidade do aparelho que lhe dá forma, pois embora se encontre uma homogeneidade ao nível da altura das fiadas dos silhares, o mesmo já não se pode dizer quanto à sua dimensão. Composta por nave única e cabeceira retangular, mais estreita e mais baixa do que esta, a Igreja de Lufrei é apenas iluminada no seu interior por estreitíssimas frestas, de evidente sabor românico, posicionadas em pontos-chave do edifício: sobre o portal principal e sobre o arco cruzeiro e apenas uma em cada alçado da nave. Os cachorros, de perfil mais quadrangular que retangular, são lisos, testemunho do seu carácter tardio. Como se sabe, é nos exemplos mais precoces do românico português que encontramos as formas esculpidas mais variadas e mais adequadas ao quadro destes elementos tão peculiares da arquitetura desta época.

336



Fachada ocidental.



Fachada oriental.

4 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010a: 395 e ss; 2010b: 59 e ss).



Fachada norte.



Fachada sul.

Na nave, em ambos os lados, persistem mísulas a meia altura dos paramentos e que nos falam da existência de estruturas alpendradas anexas à Igreja. Além disso, em 1726, Francisco Craesbeeck alude à existência de uma galilé que abrigava o portal principal e que “tinha duas portas travessas: a da parte da epístola tapouce de pedra e cal, e só existe a da parte do evangelho também” (Craesbeeck, 1992: 59). Questionamos se este autor se referia à existência de uma galilé propriamente dita, de raiz medieval, cumprindo funções idênticas às que ainda persistem nas próximas Igrejas amarantinas de Gatão e de Telões, ou se se queria referir aos alpendres apensos às fachadas laterais de Lufrei. De facto, na fachada principal não persiste qualquer testemunho que nos indicie a sua existência, nem mísulas de suportes da estrutura de cobertura, nem qualquer cicatriz marcada no paramento. Pelo contrário, as fachadas laterais ostentam ainda as mísulas de sustentação de uma estrutura alpendrada. E se o portal norte, correspondente no interior ao lado do Evangelho, ainda hoje cumpre as suas funções, já o do lado sul, ou seja, o do lado da Epístola, encontra-se entaipado. Interiormente ainda persiste o nicho que, por mostrar um conjunto formado por dois degraus, tem levado a crer que foi preparado para albergar o púlpito (Basto, 2006).

337

São precisamente os portais que em Lufrei nos confirmam o carácter tardio da fábrica desta Igreja. O principal, além de ser rasgado na espessura do próprio paramento, é composto por duas arquivoltas quebradas que assentam diretamente sobre os pés-direitos, nobilitados com uma imposta. Não tem tímpano. O portal norte é ainda mais simples, pois é formado apenas por um arco, ligeiramente quebrado, inscrito na espessura do muro, sem qualquer elemento que o nobilite. A empena da fachada principal é interrompida por uma dupla sineira, erguida ao modo românico.

No envolvente sul persistem três túmulos, com respetivas tampas. Tratam-se de sarcófagos monolíticos, de contorno trapezoidal, talvez antropomórficos, com tampas igualmente monolíticas, de secção pentagonal e volume em duas águas (Barroca, 1987: 372). Estas três arcos foram referidas nas *Memórias Paroquiais de 1758*: “(...) três túmulos de pedra inteira, que no adro desta igreja se conservam, levantados da terra, com cobertas de pedra, também inteira, lavradas em forma aguda, por todo seu comprimento. Os quais se não acham por alguma outra desta vizinhanças. Em dous deste túmulos se devizam alguns vestígios de nome que se lhe abriu ao cizel, mais por que o tempo corrompeo as letras, não se pode já averiguar o que era, nem na memoria dos homens há tradição, de quem fossem os sujeitos, que nelles se sepultaram”



Fachada ocidental. Portal



Envolvente sul. Túmulos.



Envolvente sul. Túmulo.

(Capela, 2009: 170). O certo é que estas sepulturas medievais são referenciadas nessa ocasião como indício da existência de homens “insignes” na freguesia de Lufrei. Junto a estes túmulos a taça da pia batismal românica, lisa<sup>5</sup>.

No interior são poucos os vestígios românicos visíveis. Apenas sentimos o espírito românico desta Igreja pelas frestas que a iluminam de forma ténue ou pela dimensão do vão do arco triunfal que fecha à intimidade a capela-mor. Ligeiramente quebrado, é composto por aduelas de grandes dimensões. Não ostenta qualquer motivo decorativo. As suas arestas são vivas.

No interior dominam os paramentos rebocados a branco. No entanto, veem-se hoje “janelas” abertas mecanicamente e ampliadas durante a primeira fase da intervenção de conservação e restauro já levada a cabo pela Rota do Românico, em 2013. Sob a caiação existente, é possível identificar a presença de camadas cromáticas fortes, particularmente ao nível dos alçados da capela-mor (Pestana, 2010: 9).



Capela-mor. Parede fundeira (atrás do retábulo-mor). Pintura mural.

<sup>5</sup> No âmbito das intervenções de conservação e salvaguarda da Igreja de Lufrei, promovidas pela Rota do Românico, em 2013, a pia foi deslocada para o interior da nave, como medida preventiva. Não foi ainda tomada uma decisão quanto à sua localização final.



Arco triunfal. Topo da parede. Pintura mural. *Calvário*.

As intervenções referidas confirmaram a presença de pintura mural na capela-mor e na nave. Na primeira, os fragmentos mais significativos localizam-se atrás do retábulo-mor: “o conjunto deveria apresentar painel central figurativo, parcialmente destruído pela colocação do retábulo, envolto por decoração de enrolamentos vegetalistas a vermelho sobre uniforme fundo amarelo” (Pestana, 2010: 6).

Na nave foi na parede testeira e nas áreas imediatamente contíguas que as sondagens e a primeira fase da intervenção de restauro revelaram pintura mural a fresco. Tratam-se de duas campanhas distintas: a primeira, na parede do arco triunfal, usa barras estampilhadas para envolver uma representação do *Calvário*, enquanto a segunda campanha “ocupa a mesma zona com a mesma representação e continua pelas paredes contíguas, pelo menos na parede à esquerda, com o que poderá ser um retábulo fingido rematado por colunas marmoreadas encimadas por enrolamentos e pináculos” (Pestana, 2010: 9-10). Como se pode desde já perceber, o tratamento da pintura mural de Lufrei afigura-se bastante pertinente. Através da remoção das camadas de cal (Pestana, 2010: 14) ficará à vista um conjunto de pinturas inéditas e que se afiguram de grande qualidade plástica, a julgar pelas sondagens já realizadas e de que destacamos o retábulo fingido. Além disso, sendo que as sondagens realizadas nas paredes laterais da nave também revelaram a existência de pintura, estamos pois diante de um conjunto de dimensão considerável.



Nave. Parede norte antes das intervenções da Rota do Românico (2013). Pintura mural. *Retábulo fingido*.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Convertida em igreja paroquial no ano de 1455, dirigiram-se-lhe a partir de então as atenções dos padroeiros e dos fregueses, moldando o espaço eclesial segundo as suas conveniências e espiritualidade. O remanescente do património ainda testemunha os primeiros séculos de intervenção coletiva e individual. Tocada sobretudo pelo espírito e pelo gosto maneirista, de que são testemunhos os três retábulos, gizaram-se alterações substanciais na própria estrutura, até ao seu abandono definitivo no século XX.

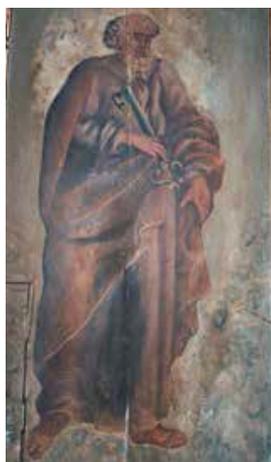


Capela-mor. Retábulo-mor antes das intervenções da Rota do Românico (2013).

O retábulo maior, embora alterado em períodos subsequentes<sup>6</sup>, evidencia os tópicos do retábulo pré-barroco: a estruturação parietal em linhas sóbrias a que apenas as quatro colunas conferem volumetria e tridimensionalidade. Francisco Craesbeeck chama-lhe “retabulo dourado ao antigo” e descreve-o praticamente como o conhecemos hoje: duas pinturas de corpo inteiro prendem o olhar do fiel, uma, do lado do Evangelho, representando São Pedro, outra, na Epístola, de São Paulo – ambas representadas com a iconografia habitual, voltadas ante si numa composição que complementa a simetria da estrutura retabular<sup>7</sup>. As pinturas, de sofrível traço retocado, compreendem-se à luz do desejo tridentino pela sobriedade e pela catequização

<sup>6</sup> Em 1707, como refere Francisco Craesbeeck (1992: 59), não possuía sacrário, que lhe deve ter sido colocado bastante mais tarde, como evidenciam os acrescentos à estrutura retabular: tabernáculo e trono, de finais do século XVIII ou princípios do século seguinte.

<sup>7</sup> O cronista refere, ainda, no remate do retábulo, uma imagem pintada do “Padre Eterno”, que hoje não existe (Craesbeeck, 1992: 59).



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Pintura. *São Pedro*.



Capela-mor. Retábulo-mor do lado da Epístola. Pintura. *São Paulo*.



Sacristia. Escultura. Salvador.

através da arte. Ainda que posteriormente se tenha tentado ocultar as imagens bidimensionais de *São Pedro* e *São Paulo* com esculturas de vulto, tiveram certamente em vista os encomendadores do retábulo seiscentista educar pela imagem, acentuando o papel dos dois obreiros da Igreja e, de certa forma, ocultar a imagem do *Salvador*, que o vulgo designava por Santo<sup>8</sup>.

A imagem hoje exposta em frente à pintura do apóstolo *Pedro* é obra do século XVII e não se enquadra no primitivo retábulo, mas pode tratar-se da que se encontrava, em 1726, “sobre uma penha [sic] ao centro da estrutura retabulística” (Calado, 2008). De resto, embora as orientações tridentinas busquem afastar as denominações e representações que afrontavam a teologia, o barroco não tardou em humanizar o Salvador, aproximando-o dos fiéis, juntamente com as restantes entidades – a maioria santos e santas expostos à veneração na Igreja, substituindo a pictórica mural e retabulística.

Transposto o arco cruzeiro é notável a mudança de volumetria entre a capela maior e a nave, mas nem por isso o investimento em património integrado foi aqui coincidente com a verticalidade do espaço. Os dois retábulos colaterais arrumam-se discretamente contra o ângulo das paredes norte, este e sul. São ambos do período maneirista.

O retábulo da parede norte, hoje dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, era, em 1726 e 1758, invocativo da Virgem do Rosário<sup>9</sup>. No ático, um painel em baixo-relevo apresenta a cena da *Anunciação*: o anjo Gabriel, ajoelhado sobre uma nuvem, oferece a boa-nova (figurada por um lírio) a Maria, que a recebe enquanto ora, com gestos de maravilha e agrado. Sobre a Virgem uma figura alada, forma que, com as suas asas compondo um pavilhão, protege a Escolhida. Remata a cena o Espírito Santo, de onde emanam alguns raios entre Maria e o Anjo.

No retábulo oposto marca toda a estrutura uma pintura central representando *São João Baptista* e *São João Evangelista*. Entre ambos, um espaço vazio e sob este uma mísula a indicar a presença, outrora, de uma escultura de vulto que rematava a composição. Esta foi removida, mas poderá

<sup>8</sup> Sobre a denominação São Salvador, Salvador ou Divino Salvador, veja-se o que referimos em Tabuado, Marco de Canaveses.  
<sup>9</sup> Em 1726, a imagem era de vestidos, ou seja, de roca (Craesbeeck, 1992: 59).

tratar-se da imagem de São Sebastião, a que seria dedicado este retábulo na primeira metade do século XVIII. Esta conjectura é reforçada pela pintura no ático: uma coroa aberta cujo interior é trespassado por três flechas cruzadas, símbolos do martírio e poder do Príncipe dos Mártires. A circunstância de encontrarmos associados os dois homónimos, o Baptista e o Evangelista, pode sugerir que certo patrono da obra tenha desejado recordar juntamente com São Sebastião. De resto, quer o orago mariano quer a presença do santo mártir são comuns ao nível do santoral das igrejas paroquiais, como elementos de uma devoção influenciada quer pela pregação, quer pelo desejo coletivo de salvaguarda contra os elementos naturais e patologias (Resende, 2011).



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho antes das intervenções da Rota do Românico (2013).



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola antes das intervenções da Rota do Românico (2013).

## AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Correndo o ano de 1864, o pároco de Lufrei, Francisco Feliciano Roiz, informa o Diretor das Obras Públicas do Porto que “a Igreja de Sam Salvador de Lufrei, no concelho de Amarante, é anticuíssima a sua fundação foi no tempo dos godos, como mostra a parede do mesmo edifício. Foi em outros tempos Mosteiro de Freiras Bentas”<sup>10</sup>. Considerou o referido pároco que esta Igreja se achava então “em perfeita conservação (sic) além de outros melhoramentos tem um bom semiterio em roda da mesma, feito de pedra de cantaria e com a capacidade necessária para o fim que foi instituído”.

Opinião diferente mostrou, no entanto, outro pároco de Lufrei, corrido quase um século. A 27 de outubro de 1967, o padre António da Silva Ribeiro Peixoto dirigiu-se ao responsável máximo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) no sentido de solicitar o apoio daquela instituição para “obter algum espaço interno a ocupar pelos fiéis” na então Igreja paroquial de Lufrei, “uma igreja velhinha e pequena de características ímpares e nitidamente românicas”<sup>11</sup>. Sugeria, assim, o pároco que se libertasse a Igreja de “acrescentos muito alheios ao estilo”. Tal facto era então justificado pelo aumento considerável da população.

No ano seguinte, os técnicos da DGEMN foram a Lufrei e tomaram conhecimento de que o pároco pretendia efetuar “obras de ampliação na igreja”, construindo “dois corpos laterais ligados à actual capela-mór, pensando recuar esta, para além da sua parede testeira”<sup>12</sup>. Para salvaguardar este testemunho “de acentuado interesse arqueológico”, considerou-se ser pertinente propor a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, “o que permitirá evitar a sua inutilização com a execução de possíveis planos de obras que, como a pretensão presente, destrói, não só as proporções do seu traçado original, como as suas características arquitectónicas”<sup>13</sup>. Em novembro de 1971, a Igreja do Salvador de Lufrei foi classificada como Imóvel de Interesse Público<sup>14</sup>.

Tendo em conta a nova condição da igreja paroquial, enquanto monumento classificado, em 1972 o pároco de Lufrei solicitou à DGEMN o apoio técnico necessário para executar o estudo e assistir às obras que pretendia então realizar<sup>15</sup>. Os serviços dos monumentos consideraram oportuno aceder à solicitação feita<sup>16</sup>. Se foram realizadas obras, não conseguimos confirmar, e



Igreja nova de Lufrei.

<sup>10</sup> Roiz, Francisco Feliciano – Missiva de 26 de outubro de 1864. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3 – Correspondência igrejas do concelho de Amarante. 1864-1867.

<sup>11</sup> Peixoto, António da Silva Ribeiro – Missiva de 27 de outubro de 1967 [SIPA.TXT.00671387] PT DGEMN:DSID-001/013-004-1979/1 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

<sup>12</sup> Ofício n.º 222 de 9 de março de 1968 [SIPA.TXT.00671388]. Idem.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> DECRETO n.º 516. D.G. Série I. 274 (71-11-22) 1798-1799.

<sup>15</sup> Peixoto, António da Silva Ribeiro – Missiva de 25 de agosto de 1972 [SIPA.TXT.00901112] PT DGEMN:DSARH-010/026-0108 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

<sup>16</sup> Ofício n.º 878 de 3 de setembro de 1972 [SIPA.TXT.00671398] PT DGEMN:DSID-001/013-004-1979/1 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT0011301210010].

se o foram procuraram certamente conservar. O que sabemos é que a construção da nova igreja paroquial de Lufrei, entre 1991 e 2001 (Figueiredo, 2012), votou a velha e pequena Igreja românica ao esquecimento. [MLB / NR]

Tendo integrado a Rota do Românico em 2010, a Igreja de Lufrei foi alvo de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto teve por fim a conservação geral das coberturas existentes na Igreja, ao nível dos revestimentos cerâmicos, dos madeiramentos, dos sistemas de impermeabilização e dos rufos e caleiros (Costa, 2010).

Em 2013, tiveram início os trabalhos de conservação e restauro dos retábulos da capela-mor e da nave da Igreja, bem como da estatuária incorporada, designadamente as imagens de São Tiago, que atualmente se encontra na sacristia, e a do Salvador, guardada na nova igreja paroquial de Lufrei.

Após a remoção dos retábulos tornou-se possível avançar com a conservação das pinturas murais da Igreja, tendo sido descoberta, por detrás do retábulo da parede norte da nave, uma imagem onde se representa *Santo André*, conforme a legenda o identifica. Com esta intervenção pretendeu-se “assegurar uma boa conservação material das pinturas murais visíveis e daquelas que irão ser colocadas a descoberto após a remoção de camadas sobrepostas existentes, melhorar a sua leitura de conjunto e apresentação estética” (Pestana, 2010: 3).

344



Nave. Parede norte. Pintura mural. *Santo André*.



Nave e capela-mor durante as intervenções da Rota do Românico (2013).

Concluída a primeira fase de intervenções, a Rota do Românico retomará, ainda, em 2014, os trabalhos de conservação e salvaguarda na Igreja de Lufrei. A segunda fase do projeto centrar-se-á “no invólucro do edifício – paramentos exteriores, portas de acesso e vãos de iluminação e ventilação – incluindo o reforço da sua protecção à humidade através de uma vala de drenagem perimetral, e ainda (aproveitando a actual possibilidade de acesso ao interior das coberturas, em início de obra, e o facto de se propor escavar o seu perímetro), a pré-instalação de infraestruturas básicas” (Costa, 2012: 9). Entretanto, foi também já desenvolvido um projeto de conservação e restauro do teto da capela-mor (Duarte, 2012). [RR]

## CRONOLOGIA

1258: as testemunhas da Inquirição indicam familiares de Gonçalo João da Pedreira como fundadores (e padroeiros) do mosteiro de Lufrei;

1455: a igreja monástica é reduzida a secular pelo arcebispo D. Fernando da Guerra;

1726: Francisco Craesbeeck descreve a Igreja com o seu “retábulo a antiga”, tal qual o conhecemos hoje;

1882: a paróquia de Lufrei transita da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto;

1971: classificação da Igreja de Lufrei como Imóvel de Interesse Público;

2001: abandono da Igreja de Lufrei, cujo culto foi transferido para um novo templo;

2010: a Igreja de Lufrei passa a integrar a Rota do Românico;

2013: conservação geral das coberturas e conservação e restauro dos retábulos e pinturas murais da Igreja;

2014-2015: conservação geral da Igreja de Lufrei ao nível dos paramentos exteriores, portas de acesso e vãos de iluminação e ventilação.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

AZEVEDO, Torcato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães...* Porto: [Typographia da Revista], 1845.

BARROCA, Mário – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BASTO, Sónia – *Igreja paroquial de Lufrei/Igreja do Divino Salvador* PT011301210010 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 26 de março de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010a. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *São Mamede de Vila Verde: um testemunho tardio do românico do Vale do Sousa*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2010b.

CALADO, Eliana Sofia Almeida – *Divino Salvador* PND1.0001 [em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 26 de março de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://inweb.bcdp.org>>.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2009.

346 COSTA, Lúcia – *Conservação, salvaguarda e valorização da Igreja de Lufrei, Porto, Amarante, Lufrei. 2.ª fase: paramentos e vãos exteriores, e drenagem perimetral*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2012. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *Igreja de Lufrei, Porto, Amarante, Lufrei. Conservação, salvaguarda e valorização das coberturas: projecto de execução*. Porto: Fontes e Formas – Arquitectura, 2010. Texto policopiado.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 516. D.G. Série I. 274 (71-11-22) 1798-1799.

DUARTE, Artur Jaime – *Igreja de Lufrei, Amarante: conservação e restauro do tecto da capela-mor*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2012. Texto policopiado.

FIGUEIREDO, Paula – *Igreja paroquial de Lufrei/Igreja do Divino Salvador/Igreja nova* PT011301210200 [Em linha]. Lisboa: IRHU, 2012. [Consult. 6 de abril de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Academia Scientiarum, 1867.

IGREJA CATÓLICA. Papa, Leão XIII – *Gravissimum Christi ecclesiam regendi et gubernandi munus* [Bula de 30 de setembro de 1881].

MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

PESTANA, José Artur – *Conservação e restauro das pinturas murais da Igreja de Lufrei. Porto, Amarante, Lufrei: caderno de encargos, especificidades técnicas*. Lisboa: Mural da História, 2010. Texto policopiado.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT0011301210010 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SANTO TOMÁS, Leão, frei – *Benedictina lusitana...* Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho 1651.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.